

“O ESTADO ERA APENAS UM ÓRGÃO DE OPRESSÃO”

“THE STATE WAS ONLY AN OPPRESSIVE BODY”

Cesar Luis SAMPAIO*

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar a construção do Estado brasileiro pelas obras de Manoel Bomfim (1868 – 1932), pensador ímpar que muito contribuiu para o entendimento das mazelas do país. Propomos identificar o desenvolvimento histórico do Estado no Brasil, perpassando os períodos colonial, imperial e republicano, ou seja, quando se forjou o sentido do Estado. Ficou muito evidenciado em suas obras o peso que se configurou o conceito de colonialismo e sua permanência nas estruturas econômicas, políticas e sociais na história brasileira, perceptíveis até os dias atuais, formulando uma cultura autoritária de poder e sociedade.

Palavras Chaves: Estado; Nação; Colonialismo.

Abstract: This paper aimed to analyze the construction of the Brazilian State by Manoel Bomfim's works of (1868 - 1932), a unique thinker who greatly contributed to the understanding of the country's issues. We propose to identify the historical development of the State in Brazil, by going through the colonial, imperial and republican periods, in other words, when the sense of the state was forged. It was highlighted in his works the influence that was set the concept of colonialism and its permanence in the economic, political and social structures in the Brazilian history, which are noticeable up to the present day, formulating an authoritarian culture of power and society.

Key Words: State; Nation; Colonialism.

Introdução

A permanência das estruturas coloniais no Brasil, em vias de modernização, foi vista como obstáculo para a construção do Estado-Nação. Esta questão foi tema recorrente nos debates dos pensadores nacionais no início do século XX. É objetivo deste artigo, refletir sobre a construção histórica da estrutura do Estado brasileiro nas obras de Manoel Bomfim¹. Demonstrar os elementos que marcaram sua obra como vertente diferenciadora de seus contemporâneos.

A escolha deste se deu por não estar no círculo dos autores “clássicos”, também por ter abordado questões pertinentes que demonstraram as causas e permanências dos problemas brasileiros, rompendo com as ideias “hegemônicas” do período. O desenvolvimento da ideia de "dependência" que se firmou na política e economia e que, até hoje, de certo modo, ainda está presente em parte do “pensamento intelectual”, de

* Mestre em História Social - Programa de Estudos Pós-Graduados em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Bolsista Capes. Professor nos cursos de História, Pedagogia e Design de Moda. Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo. E-mail: cesarhistoriador@gmail.com.

agentes dos poderes públicos e de empresários, ou seja, de uma parcela significativa da sociedade brasileira.

O método de análise foi à crítica ontológica da visão de mundo do próprio autor, ou seja, o percurso pelo interior mesmo da reflexão, o trançado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou. O procedimento adquire a articulação e identidade pela condição ininterrupta pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, tendo o mérito da sustentação de que antes de interpretar ou criticar, é incontornavelmente necessário compreender e provar ter compreendido (CHASIN, 1995, p. 335). O percurso traçado foi de encontrar elementos nas quatro obras históricas (América Latina - 1905; O Brasil na América - 1929; O Brasil na História - 1930 e o Brasil Nação - 1932) de Manoel Bomfim, que propiciassem a compreensão tanto do autor quanto da história brasileira. Suas ideias, interpretações e a defesa constante da educação proporcionaram uma visão ímpar da história brasileira e da construção de seu Estado, diferenciando-se de seus contemporâneos.

Em tempos de globalização, quando pretendem homogeneizar culturas e nações, ocorre um processo contrário, as nacionalidades e identidades pululam por toda a parte. Alguns afirmam ser uma forma de resistência, outros apostam mais no simples desespero. Independente de quem tem razão, eis um bom motivo para reacender esta discussão que permeou todo o final do século XIX até a metade do século XX, ou seja, a formação dos Estados nacionais.

Conceituação - “O Estado era parasita das colônias”

Um dos fatores que mais concorreu para perturbar e embaraçar o progresso político, e mesmo o progresso geral das nações sul-americanas, conforme Manoel Bomfim foi a noção que, tanto governantes quanto governados, tinham de Estado. É uma noção, segundo ele, que veio dos tempos coloniais, conservadas por tradição. O caráter que revestiu o Estado e a feição com que ele se manteve foi uma sobrevivência dos costumes políticos coloniais, sistematizados pela educação e imitação, e assim perpetuados, de geração em geração de governantes, inspirados nas mesmas tradições.

Dentre os diversos aparelhos e instituições sociais, não há nenhum tão resistente ao progresso, e às reformas em geral, como as máquinas governamentais. Os regimes políticos passam, transformam-se; as

instituições sociais desaparecem e outros surgem substituindo-as; mas, os costumes administrativos, as tradições governamentais – o Estado propriamente dito, esse permanece o mesmo, através de todas as crises, resiste a tudo (BOMFIM, 1993, p. 188).

Para o autor, o Estado passa por duas concepções: uma positiva e outra negativa. Começamos pela última. Para Bomfim, o Estado no Brasil teve o papel antiprogressista, enraizado em seu passado colonial. Dessa maneira, o Estado era o aparelho social mais cuidadosamente constituído, perfeitamente delimitado e meticulosamente regulado. Nele, as funções eram exageradamente especializadas. Cada um de seus elementos constitutivos era disposto e educado exclusivamente para um fim determinado. Ao mesmo tempo, “o Estado era uma potência formidável, não só porque é um organismo completo e extensíssimo, como por ser o soberano sobre os outros aparelhos sociais” (BOMFIM, 1993, p. 189). Assim, era natural que as reformas e revoluções políticas não lhe modificassem as tradições que se impunham aos novos regimes, forçando-os a adaptarem-se aos costumes antigos, inveterados.

Só um cataclismo político e social, que derribasse toda organização governamental para substituí-la por outra, cujos elementos não tivessem, jamais, sentido as influências dos costumes anteriores – coisa impossível! (BOMFIM, 1993, p. 189).

Manoel Bomfim observou que nas crises políticas, ainda nas mais radicais, só substituíam no Estado àqueles órgãos por sua natureza transitórios, e uma ou outra peça, entre as dezenas que compunham os aparelhos definitivos. E estes poucos eram substituídos por outros, cuja educação funcional era a mesma.

Esta questão sobre o aumento da burocracia no seio do Estado foi um problema real, que se debruçaram intelectuais de vários países, principalmente durante a primeira metade do século XX. O crescimento burocrático, apesar de problemático, foi considerado necessário por muitos, para dar sustentação à função cada vez mais técnica do Estado diante da complexidade da sociedade. Outros, por sua vez, não negam a impossibilidade administrativa sem o papel da burocracia, mas alertam para o conjunto de problemas criados pela burocracia dentro do sistema governamental, emperrando diversas soluções e minando as propostas mais progressistas.

Bomfim também compartilhou destas ideias, pois, para ele, este crescimento da máquina do Estado e da burocracia ocorreu de forma geral nas sociedades. No Brasil e seu histórico essencialmente conservador não aconteceu de forma diferente. O Estado, para o autor, persistiu nos países da América Latina, com a mesma característica dos

tempos coloniais, agregando apenas as modificações no formato institucional, inerentes aos novos regimes políticos.

Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses... um organismo que tem existência e faculdades próprias... apesar disto, mesmo formando uma realidade à parte, o Estado poderia aproximar-se da nação, se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país (BOMFIM, 1993, p. 190).

Bomfim diagnosticou que os estadistas financeiros, nos momentos de crise, atenderam apenas aos "interesses" do Estado, mesmo que estes fossem contra a sociedade em geral. Nas horas de dificuldades econômicas, o remédio era bem conhecido: a depreciação da moeda, a baixa do câmbio, etc. Esta crítica direcionou-se à política de Prudente de Moraes (Funding Loan - 1898) e posteriormente se confirmou com a Caixa de Conversão e o Convênio de Taubaté na administração de Rodrigues Alves, mas efetivada na gestão de Afonso Pena, em 1906 (CARONE, 1976). Não é difícil de perceber que este velho discurso, de certa maneira, ainda persiste nos atuais argumentos do poder.

Bomfim, até o ano de 1905, não inclui em sua argumentação os interesses de classes envolvidos dentro do Estado, ainda mais nos governos do período contemporâneo, mais especificamente, durante o governo de Campos Sales em que estas disputas ficaram cada vez mais evidentes. Esta ideia só apareceu em 1931, quando o autor percebeu a impossibilidade de transformação pela via eleitoral, devido à fraqueza da classe trabalhadora perante a aristocracia agrária, e a crescente burguesia conservadora.

Voltando à ideia de Estado, para o autor, não se tratava de colocar este como assistencialista, ao lado de cada indivíduo, dando emprego e profissão a todos; mas querer que ele cumprisse seu dever, ou seja, promovendo os meios gerais que facilitassem a todos. Reclamou-se dos poderes públicos o seu estrito dever; porém, a resposta surgiu, de acordo com Bomfim, das solenes referências sobre a iniciativa particular, fazendo uma pobre analogia à civilização e ao progresso das nações anglo-saxônicas.

Esperar-se na América do Sul, dadas às condições de ignorância e atraso social – esperar que a iniciativa particular venha organizar serviços de ordem geral!... Querer que os analfabetos se resolvam a criar escolas, que o operário inculto institua o ensino profissional, ou que o fazendeiro bronco, representante de dez ou doze gerações de

exploradores do trabalho escravo, se decida a gastar 300 a 400 contos, e dedique 20 a 30 anos a ensaiar e aclimatar culturas exóticas, e a melhorar sementes, ou a formar variedades novas de plantas, e a produzir novas raças e cruzamentos! (BOMFIM, 1993, p. 198).

Ficou evidente a crítica ao pensamento liberal brasileiro, que Bomfim nomearia como “liberalismo vazio”, pelo menos o que os propagandistas propunham, tentando enxertar ideias de outras experiências à nossa realidade. O autor utilizou a concepção de Estado Contemporâneo, ou seja, relacionado ao Estado de direito e social, envolvendo numerosos problemas, e analisou exaustivamente as múltiplas relações que se criaram entre Estado e complexo social. Para Bobbio (2001), este Estado representou a tradicional tutela das liberdades burguesas: liberdade pessoal, política e econômica. Não constituiu um dique contra a intervenção do Estado; pelo contrário, os direitos sociais representaram direitos de participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida. A forma de Estado oscilou, assim, entre a liberdade e a participação.

Manoel Bomfim defendeu por toda sua vida o ensino como forma de transcender a ignorância explícita da população e, também, dos governantes. Para ele, a educação era o caminho das pedras, a solução para os males do país. A educação política deveria sofrer mudanças, mas Bomfim não percebeu, nesse momento especial, no ano de 1905, sua ingenuidade, ao desejar que uma elite, que governava há séculos o país, iria modificar a estrutura que, até então, beneficiava-a. O autor quando reforça insistentemente a importância da educação, não o faz apenas no sentido humano da questão, mas também estratégico, pois ela daria a conscientização necessária aos brasileiros para perceber a necessidade de participação da vida política do país. Esta participação tornaria possível a mudança da percepção do Estado na vida da sociedade e as reformas necessárias para que o projeto de nação que atendesse a maioria da população tornar-se realmente uma pauta.

Esta tendência autoritária, denunciada por Bomfim, caracterizou muito bem a Primeira República, marcada pela falta de equilíbrio de forças sociais, necessárias ao funcionamento do Estado desejado pelo autor. A diversidade de origens dos operários, sua não fixação em um local de trabalho ou cidade, suas diferentes tradições os levaram a assimilar mal as ideologiasⁱⁱ. Desta maneira, o operariado desligou-se da vida política e não se interessou por ela. Por sua vez, a burguesia industrial e comercial não considerava estar em condições de lutar por seus interessesⁱⁱⁱ, assim, a oligarquia agrária manteve predomínio absoluto sobre a vida política (CARONE, 1976).

Vieram as Constituições Republicanas, mas não chegaram a mudar o conceito geral de Estado, porque, em verdade, para o autor, elas não tiveram como efeito constituir nenhum Estado, já constituído e, em função, havia mais de dois séculos. Reafirmou a não intenção de mudanças por parte dos homens que governavam:

Nem lhes passa pela mente que seja função essencial do Estado cuidar do bem público, e promover quanto possível à felicidade das populações!... É na boca desses homens que a expressão soberania adquire toda a sua energia; declara-se abolida a soberania do direito divino, mas logo a substituem pela – soberania do povo, fórmula pomposa e excessiva, de direitos que ele nunca exerceu, e que serve unicamente para mascarar o regime de domínio que o Estado vem praticando (BOMFIM, 1993, p. 194).

Na Colônia - “A nobreza funcionária amortalha-se nas roupas de conquista, mumifica-se com a própria carne”

Primeiramente, é preciso compreender a interpretação de Manoel Bomfim sobre a colonização ibérica na América Latina, especificamente a brasileira e suas conseqüências para esta nação e a formação de seu caráter. A definição do conceito de colonialismo apareceu no conjunto da obra de Bomfim. O autor tinha uma grande preocupação em buscar as explicações concernentes aos motivos do atraso brasileiro. Para isto, foi pesquisar no passado colonial o que denominou de “males de origem”.

Para compreender as relações coloniais, Bomfim estudou a situação das metrópoles ibéricas, nas quais observou a inexistência de novas formas de produção. Isto lhe permitiu perceber a origem da dependência colonial e situar a posição ocupada por Portugal, na divisão internacional do trabalho. É nesta situação que ele encontrou as bases para explicar a política colonial e o conseqüente atraso nacional. Manoel Bomfim iniciou sua pesquisa pelo domínio árabe, perdurado por oito séculos na península Ibérica, palco de constantes guerras, batalhas e saques, transformando a vida cultural destes povos. Seguindo este processo, os países ibéricos, após conseguirem sua emancipação, ressurgiram vigorosos e intrépidos, possuindo um único pensamento: conquistar o mundo e novas terras.

[...] porque, em contato por oito séculos com o árabe depredador e mercantil, tomara gosto ao luxo e à riqueza facilmente adquirida; porque aprendera com ele a ter horror e repugnância ao trabalho normal, sedentário, verdadeiramente produtor... a vergonha é trabalhar, lavrar a terra (BOMFIM, 1993, p. 82).

Guerra, quadro administrativo, comércio e supremacia do príncipe – quatro elementos da moldura do mundo social e político de Portugal. Dentro deste quadro, há um drama que precipitou a emergência de uma estrutura permanente, viva no Brasil (FAORO, 2004). De acordo com Bomfim, assim se deu o caráter da colonização latino-americana, ou seja, aquilo que conhecemos bem, os povos que para cá vieram, não tiveram nenhuma preocupação com a forma da colonização e muito menos com os povos que aqui viviam, desrespeitando sua cultura e costumes, interessados na pilhagem, no dinheiro fácil e massacrando populações.

Bomfim explicitou em seu livro *A América Latina* (1905), a formação do processo de relação colonial, utilizando os termos “parasitismo” e “tradição histórica” como meio fundamental para entender e combater o processo de exploração e o pensamento conservador no país, realizando o “debate crítico” aliado à “argumentação histórica”. Por parasitismo, entendeu-se toda relação de exploração que aqui se desenvolveu, contidas nos processos políticos e sociais que teve continuidade até os dias da República, ou seja, há permanência dos mesmos grupos sociais, “viciados” nos antigos sistemas de exploração. Por tradição histórica, entendeu-se o conjunto de forças com possibilidades de abalar as estruturas conservadoras, responsáveis pelo parasitismo. Seriam as forças capazes de remover “os males”, historicamente enraizados na sociedade brasileira. Eles estiveram, no decorrer da História, em movimentos sociais e nas figuras de políticos e intelectuais que se opuseram ao domínio dos parasitas. Deu ênfase aos movimentos de 1817, 1824 e 1848, algumas atuações parlamentares do período regencial, as rebeliões populares e a simpatia por José Bonifácio, Frei Caneca e Tavares Bastos. Os parâmetros para as “tradições históricas” foram de referência européia como a Revolução Francesa, Comuna de Paris, Revolução Russa, etc. (BERTONHA, 1987, p. 18).

O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico de negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos (BOMFIM, 1993, p. 108-9).

Para Bomfim, na metrópole, nenhuma classe ou “órgão” isentou-se dessa vida “parasitária” a que se entregou a nação. Desta maneira, o “parasitismo” normalizou-se, entrou nos costumes como algo natural. E parte deste organismo degenerado

transbordou necessariamente sobre a colônia, quer na lavoura ou na mineração, o regime adotado foi exclusivamente a exploração do trabalho escravo.

Este sistema parasitário iniciou-se com a exploração do trabalho indígena e, posteriormente, o africano. Estas relações teriam causado estagnação na sociedade, muito cômodas aos colonizadores europeus. O desenvolvimento de novas técnicas de produção e “trabalho inteligente” não passou nem perto, apenas a imposição de um pacto colonial, simplificou a existência exploradora e viveu como uma “sanguessuga”, extraindo constantemente seu “parasitado”. Bomfim seguiu o seguinte raciocínio: “o princípio fundamental – e corriqueiro – de biologia: que a função faz o órgão” (BOMFIM, 1993, p. 57). Ou seja, com a transformação do órgão pode ocorrer o desenvolvimento como a atrofia, dependendo de sua utilização. Dessa maneira, para Bomfim, toda península esteve condenada ao parasitismo e, conseqüentemente, ao atraso que ficaram estas nações, principalmente após as independências das colônias, das quais as economias, tanto de Portugal quanto da Espanha, estiveram dependentes.

O Estado era, apenas, um órgão de opressão – era a coroa, com seus privilégios e exércitos de servidores; faltava muito ainda, para que ele apresentasse essa forma – do Estado moderno – garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. O Estado tinha por função, apenas, cobrar e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. A Justiça aparece para condenar os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele (BOMFIM, 1993, p. 142).

De acordo com Bomfim, o Estado português na Colônia era uma simples máquina de receber tributos, armados com aparelhos especiais de opressão, que lhe garantiam a posse da presa. Deixou influências decisivas e funestas na vida das nacionalidades. A visão deste, como inimigo, opressor e espoliador só inspirou rebeldia.

Para Richard Morse, as nações ibéricas, durante o século XVI e XVII, ainda não tinham adquirido a capacidade de propor fórmulas alternativas, plausíveis de organização ocidental a seus propósitos. O século XVIII tornou praticamente impossível essa proposta, pois estes países se revelaram consumidores intelectuais (MORSE, 1988). O resultado deste tipo de postura, ou melhor, não postura, levou estas nações a uma erosão de sua capacidade doutrinal e de sua importância explícita para os assuntos práticos, ou seja, reafirmou a proposta da primeira obra de Bomfim (1905), a falta de um projeto e, também, a da desorganização na administração. Um mosaico é como Morse (1988) nomeia o pensamento ilustrado ibérico neste período.

O espírito aristocrático da monarquia opondo-se naturalmente aos progressos da classe média impediu o desenvolvimento da burguesia, a classe moderna por excelência na indústria, nas ciências, no comércio. Essa monarquia acostumou o povo a servir, habituou-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento da liberdade, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje não compreende, nem sabe usar dela (FAORO, 2004).

Para Bomfim, o ambiente de miséria moral veio com a chegada da família real, generalizando a corrupção, exemplo péssimo às populações e que degradou ainda mais a administração brasileira. Significou, explicitamente, que a organização do Brasil se deu pela “nata das canalhas ineptos, de que se compunha a degradada classe dirigente de Portugal de 1808” (BOMFIM, 1930, p. 476). De acordo com o autor, a primeira grande crise financeira no Brasil foi em 1821, devido à raspagem nos cofres do Banco do Brasil que os fidalgos, amigos de D. João VI fizeram, ao retornarem a Portugal. O rastro da administração bragantina não parou na corrupção, mas na incompetência e descaso administrativo. As pouquíssimas escolas e outros institutos de cultura eram organizações imperfeitas e arcaicas, ou seja, uma miséria mental a que a colônia esteve condenada (BOMFIM, 1930).

As transformações políticas e econômicas proporcionada pela abertura dos portos, a elevação da Colônia a Reino Unido de Portugal e Algarves, as mudanças na vida cultural da capital com uma relativa circulação das ideias, ao crescimento urbano, a missão artística francesa, entre outras coisas, que favoreceram outra categorização ao Brasil e um caminho sem volta para a sua independência (FAUSTO, 2001) foram negadas por Bomfim que defendeu a tese de que os males do Brasil foram à cultura política portuguesa e sua moralidade corrupta.

No Império - “Lusitanismo renitente, crista infectante, vivaz – o bragantismo”

A independência facilitou a entrada no Brasil de “idéias liberais”, tentou criar um Estado da ordem e da autoridade – Estado Nacional, e não para consagrar a liberdade. Essa concepção de Estado, porém, assumiu uma forma assemelhada aos antigos Estados Metropolitanos, sugeriu a impressão de continuidade por detrás de uma fachada de ruptura.

Em *A Revolução Passiva*, Luiz Werneck Vianna afirmou que os movimentos nativistas revolucionários, sobre influência dos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII, começaram a ceder espaço à lógica do “conservar mudando”, ou seja, um processo clássico de cooptação das antigas lideranças, deixando o ato político da independência nas mãos do príncipe herdeiro. Para Vianna, a Independência foi uma “revolução sem revolução”, ou seja, uma atitude de quem não tinha rivais significativos, internos e externos, pois Portugal não sofreu a oposição da Igreja, nem de potências estrangeiras, aliás, esteve associada à maior parte delas (VIANNA, 1996, p. 13).

Independente de qual herança fosse adotada, qual linha de construção de Estado, os construtores da nação tinham um problema comum: uma sociedade agrária, patrimonial, tradicional, porém diversa da História europeia. Não poderiam entender a História do país pelo molde iluminista, pois não havíamos passado pelo mesmo processo histórico. Éramos descendentes do capitalismo mercantil e da ação racionalizadora de um Estado. Os sistemas produtivos foram organizados para o trabalho servil, impostos por uma elite militarizada a povos de origem diversa da sua (VIANNA, 1993).

Para Bomfim, ao fazer-se a independência, “ciosa das suas prerrogativas”, apenas reafirmou-se o poder a um estranho à nação, tirando-nos os meios de vida própria. O peso das tradições e as forças adquiridas conservaram ao Estado o caráter que ele tinha. As colônias não foram nacionalidades que possuíram governos próprios, um Estado verdadeiramente nacional, representando os interesses e costumes naturais (BOMFIM, 1993, p. 190).

Esta manutenção portuguesa ou recolocação da “ordem” fez manter tudo como era. A palavra tradição foi chave para o entendimento desta passagem histórica. De acordo com o autor, “tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque ele (o Estado) não perdeu seu caráter, duplamente maléfico – tirânico e espoliador” (BOMFIM, 1993, p. 142-143). O conceito de “tradição”, utilizado neste momento pelo autor, é a "tradição maléfica", constituída pelo Estado português, portanto, tornou-se negativa a história brasileira. Já a “tradição”, citada anteriormente, refere-se à "tradição histórica", ou seja, aquela que representou a força de transformação, movimento progressista, positivo e necessário.

A resistência ao domínio estava organizada por toda parte, segundo Bomfim, e isto fez com que aqueles, que estavam no poder da colônia, ou se beneficiando dele, mudassem de estratégia. Para o autor, deturpando e manipulando, os conservadores e reacionários escamotearam completamente as tentativas de independência, tanto na forma coercitiva, quanto na persuasão dos argumentos sob os movimentos desgastados. Uma das principais razões dessa relativa continuidade entre duas épocas (Colônia e Império) se encontrou na vinda da família real para o Brasil em 1808 e na forma como se deu o processo de independência. A abertura dos portos estabeleceu uma ponte entre a Coroa portuguesa e os setores dominantes da Colônia, especialmente os que se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (FAUSTO, 2001).

Por certo, muitos descontentamentos com a Corte permaneceram, mas nada que lembrasse a insatisfação de algumas regiões do Nordeste onde despontaram as ideias de república. Outra questão foi que a elite política promotora da independência não tinha interesse em favorecer rupturas que poderiam pôr em risco a estabilidade da antiga Colônia, nos moldes existentes. Ao inserir a Colônia no sistema econômico internacional se impôs a independência à tarefa de se construir um Estado nacional para organizar o país e garantir sua unidade (FAUSTO, 2001).

O governo de Pedro I descontentou muito, aquilo que Manoel Bomfim denomina “povo”^{iv} e parte das elites brasileira, com seu governo, dividida entre os interesses do Brasil e Portugal. Esta “indecisão”, citada por Bomfim, ficou explícita na política do imperador, que perdurou até a crise de 1831, resultando em sua abdicação. Outro aspecto a se ressaltar é que não havia entre 1822 e 1840 uma linha básica de organização do Estado, mas uma grande confusão política, marcada por várias rebeliões, principalmente no chamado período regencial (FAUSTO, 2001).

O período regencial (1831 a 1840) demarcou, de acordo com Bomfim, a política da degradação, ou seja, demonstrou de que o “germe do braganatismo” estava enraizado no pensamento dos homens e que, a partir deste período, fixou-se definitivamente na História deste país. Este período foi um dos mais agitados da história política do Brasil. Esteve em jogo à unidade territorial e os temas da centralização do poder, do grau de autonomia das províncias, da organização das forças armadas assumiram o centro do debate político. As reformas realizadas pelos regentes foram também um bom exemplo das dificuldades de se adotar uma prática liberal que fugisse aos moldes do absolutismo. Nas condições brasileiras, muitas medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao

sistema político e garantir as liberdades individuais acabaram resultando em violentos choques entre as elites e o interesse de grupos locais. As elites não tinham chegado ainda a um consenso sobre qual o arranjo institucional mais conveniente. Não havia também clareza sobre o papel do Estado como organizador dos interesses gerais dominantes (FAUSTO, 2001).

A tendência vencedora foi a dos “moderados” com características centralizadoras. Na oposição ficaram os “exaltados” ou “radicais” que defendiam a Federação, as liberdades individuais e, em alguns casos, a República. Bomfim, por ser um liberal no sentido clássico da palavra, destilou sua crítica à vitória da tendência conservadora-centralizadora. Nessa conjuntura, repetiu-se a demonstração com que o autor já havia se referido, “todo o mal proveio da insuficiência dos dirigentes”:

Era uma generalidade de bacharéis de Coimbra, mal preparados, inaptos para a vida moderna, isolados das realidades superiores e dos interesses verdadeiramente humanos, viciados na tradição bragantina; um passado renitente e mau, que desorganizava os caracteres e enevoava os espíritos (BOMFIM, 1996, p. 158-9).

Por um desses paradoxos comuns à política, não foram os conservadores, mas os liberais, que apressaram a ascensão de Pedro II ao trono. Superados pelas iniciativas “regressionistas”, promoveu no Congresso a antecipação da maioridade do rei. Nos primeiros anos da década de 1840, o governo de Pedro II carecia ainda de uma sólida base social de apoio. O grande acordo, afinal alcançado pela elite, tinha como pontos básicos o reforço da figura do imperador, com a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado, combatidos e anulados durante os nove anos de duração da regência. Começou a funcionar um sistema de governo assemelhado ao parlamentar que não se confunde, porém, com o parlamentarismo, no sentido próprio da expressão. O imperador usava as prerrogativas do Poder Moderador para dissolver a Câmara quando esta não o apoiava. Por meio deste mecanismo, permitiu-se o rodízio dos dois principais partidos no governo – o Conservador e o Liberal - para o que estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. O recurso às armas, tão comum no período anterior, se tornou assim desnecessário (FAUSTO, 2001).

Não havia grandes diferenças ideológicas ou sociais entre os dois partidos. Muitos contemporâneos afirmam que não passariam no fundo de grupos quase idênticos, separados por rivalidades pessoais. Prova disso era a frequente passagem de

políticos de um partido para outro, pois chegar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprios e sua gente. A divisão entre liberais e conservadores tinha assim muito de uma disputa entre clientelas opostas em busca de vantagens ou das migalhas do poder (FAUSTO, 2001).

Aquela visão de extorquir e tyrannizar, herança do Estado português na Colônia perpetuou-se no Império. Para Bomfim, faltava aos governos o melhor das garantias de estabilidade e solidez. Esta má vontade do povo com o Estado é que tornavam possíveis, em grande parte, as revoltas e levantes, armados pela ambição dos caudilhos sul-americanos. Na ausência de revoltas, a população mantinha-se indiferente às lutas tramadas pelos despeitos, rancores e apetites dos políticos, que já contavam com esta indiferença. De acordo com o autor, isto já era tradição.

Aqui estabelecido, o Estado português veio a degradar-nos completamente com todas as características da sua política. Até as nossas tradições se perverteram, pois que tivemos, mascarando a essência do Brasil, os brasileiros de D. João VI, a serviço do lusitanismo renitente. Sobre a nação, ingênua e confiante, eles se estenderam, numa crista infectante, vivaz - o bragantismo, e nunca mais nos foi possível descascar dessa miséria (BOMFIM, 1996, p. 198).

Para Bomfim, mesmo sem estas revoltas, sem lutas, a incompatibilidade já existia; só os maus tratos de quem eram vítimas seriam bastante para gerar e fazer crescer “na alma desses infelizes um ódio cego aos tyrannizadores e aos que os garantiam” (BOMFIM, 1993, p. 205). Reforçando a proposta do autor, Darcy Ribeiro afirmou que “nenhum povo que passasse por isso, como rotina de vida, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente” (RIBEIRO, 2000, p. 120).

Os motivos de indisposição contra o Estado não desapareceram, como não desapareceu o desamor pelo patrimônio público. Isto surgiu nas relações verticais, ou seja, nas imposições das leis construídas de cima para baixo, hierarquizadas, criando um grande desagrado na população, destituída de participação política. Richard Morse afirmou que essa hierarquia, presente no período, transformou-se em tradição e se perpetuou no bojo da elite brasileira, de tal forma que se tornou marca registrada na cultura do país (MORSE, 1988, p. 97).

Podemos perceber que Manoel Bomfim utilizou o espectro do colonialismo para explicar esta perpetuação da tradição no Brasil, ou seja, a constituição através da História da hierarquização da sociedade, de modo que mantivesse o estado de penumbra

das nacionalidades e, conseqüentemente, a aversão de todas as formas ao poder que lhe é adverso, impessoal e distante das necessidades populacionais.

Na República - “Substitui-se o trono pelo viciadíssimo oligarquismo republicano”

Era forte o sentimento republicano de Manoel Bomfim. O anseio sobre o republicanismo representou para muitos brasileiros motivos de esperanças, possibilidades de mudanças e desenvolvimento de vários setores, inclusive das questões humanas.

Era um Estado social melhor que se pedia, quando se pedia República. Sim, esta palavra, só ela, transportava os corações, porque em cada letra ardia um ideal: justiça, reparação, solidariedade, beleza nas almas e nas coisas. Se a sonoridade destas sílabas inflamava os entusiasmos, é porque estávamos certos de que o dia em que pudéssemos aclamá-la na praça pública seria o dia do renovamento, e que ela traria consigo todos os progressos políticos e sociais - a eliminação de todos os abusos, liberdade e amor entre os homens, um pouco de felicidade para os que esperam justiça e carinho desde as primeiras idades (BOMFIM, 1993, p. 201).

As ideias do autor seriam de um ideal republicano de inspiração francesa, visão clássica iluminista, contrapondo-se a realidade republicana brasileira. Não acreditamos que Manoel Bomfim fora ingênuo e não tenha percebido as relações, ignorado as tramas que envolveram as relações de poder e os interesses das classes sociais. Percorrendo sua obra, fica claro, sob as formas e os procedimentos de constituição dos poderes e do Estado. A esta visão, considerada romântica, podemos acrescentar a palavra utopia. Utopia, entendida como um caminho possível, como proposta, como norte para um projeto de sociedade, ou seja, como desejo.

Para Bomfim, mesmo que o ato da proclamação da República tivesse sido assimilado “pelos golpistas”, não poderíamos inferiorizar a campanha republicana, pois ela teve origens próprias, que remetem ao período colonial, mais profunda ainda que as da Abolição. Conforme o autor, o Brasil nunca perdeu sua tradição republicana, mesmo quando o nome não era referido, as aspirações essenciais caminhavam para a realização democrática radical, além de qualquer pretensão abolicionista. No sonho de um Brasil “brasileiro e livre” de 1817^v, a emancipação dos escravos era apenas um detalhe, uma pátria que se propunha à justiça e à liberdade, ao passo que a República valia como

necessidade substancial, forma de aspiração em molde de virtude. E, mais uma vez, Bomfim buscou no passado a justificativa para suas afirmações republicanas.

Com isto, toda a beleza dos sacrifícios patrióticos, do Brasil em formação, é de heróis republicanos - de Bernardo Vieira a Tiradentes, aos esquecidos executados de 1799, na Bahia, ao padre Pessoa, frei Caneca, Sabino, Pedro Ivo... Nas fileiras deste (em 1848) caiu heroicamente um Borges Fonseca, quase obscuro, e que, no entanto, indefectível e intransigente nos seus princípios republicanos, foi perseguido pelo governo de 1822, lutou ao lado de Paes de Andrade, para vir morrer já velho, já velho, nas hostes de Nunes Machado... Não haveria nada disto, se a República não fosse constante aspiração da alma brasileira (BOMFIM, 1996, p. 413).

Toda a base afirmativa do pensamento republicano brasileiro remeteu-se, para o autor, ao movimento de 1817, em que não se cansou de exaltar as nobres atitudes dos envolvidos. Podemos perceber a clara entonação republicana do autor, que vivenciou a queda do Império. Sempre assumiu em seus escritos jornalísticos e em seus círculos de amizade, a posição ao movimento que pregava a “moderna solução para o país”. Acreditava que o modelo republicano e suas características democráticas e participativas pudessem alterar a concepção de Estado, até então, constituído no Brasil.

Voltando ao fato que antecedeu o ato da proclamação, Bomfim, menos “utópico”, narrou as problemáticas que envolveram a perpetuação dos desejos conservadores e a desilusão dos que ansiavam por mudanças. Os homens do Império criaram uma situação para o desenvolvimento da propaganda republicana ao protelar a questão servil, resistindo à Abolição^{vi}. Isso, somado a outras questões, levou à irreversível queda do trono. Essa agitação que, segundo Bomfim, “apaixonou intensamente a alma nacional”, coincidiu, toda ela, com a campanha pela República e formou-se a crítica e “espessa atmosfera revolucionária” em que viveu o Brasil de 1883 em diante. Foi nessa conjuntura que a política imperial deu lugar às chamadas “questões militares” que finalmente se incorporaram num protesto geral do exército. E começou o conflito, para “dar lugar imediatamente a um recuo do poder civil, tão desastrado e vergonhoso, que logo convenceu os militares de que podiam ir até aonde quisessem” (BOMFIM, 1996, p. 417-418).

Bomfim, mesmo otimista quanto à “implantação” da República, denunciou o aproveitamento excessivo dos militares, que utilizaram a propaganda que vinha de decênios e transformou a intervenção do exército, de legítimo apoio à revolução

republicana, em absorção dela como motivo de zelos que, evidentemente, eram excessivos.

O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores cujo peso não é idêntico. Duas forças, de características muito diversas, devem ser ressaltadas em primeiro lugar: o Exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo, organizado politicamente no PRP (Partido Republicano Paulista). O episódio de 15 de novembro nasceu da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno, mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia. Por outro lado, a burguesia cafeeira permitiu à República contar com uma base social estável^{vii} (FAUSTO, 2001).

Manoel Bomfim expôs sérios limites ao futuro político do Brasil, pois observou a repetição dos fatos, como diria Vianna (1993), a revolução sem revolução. Bomfim diagnosticou o colonialismo político:

[...] todas as insuficiências e misérias da República têm a mesma razão: as misérias e insuficiências de sempre; a péssima qualidade da classe dirigente, nunca apurada, nunca renovada, desde a penúria mental dos primitivos coimbrenses (BOMFIM, 1996, p. 427).

O desencontro de interesses entre positivistas e liberais no início da República, gerou conflito e o autor não poupou críticas ao positivismo e a seu criador. Classificou a filosofia do Comte de pedantismo qualificado, como obscurecido de progressos, que serviu muito bem a certas classes sociais. Também desacreditou na durabilidade deste pensamento no país. Como um liberal radical, Bomfim afirmou que o positivismo apenas adequou as insuficiências que o bragantismo construiu até então a nossa educação política. Ele não trouxe transformações reais e benéficas à República, gerando o centralismo autoritário. Nascia deste modo, o ideal reformista do Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado (BOSI, 2003).

E foi uma tal doutrina, ajustada à insuficiência tradicional dos nossos dirigentes, que veio ser o mais elevado ideal de nossa revolução republicana. Em verdade, todo esse positivismo foram exterioridades banais, cataplasma logo resfriada, sem influência efetiva. Deixem-no lá, ou que retirem: que valeu o leiteiro da nova bandeira, o dia santo da Bastilha, e a incongruente liberdade de profissões?... Destinadas, embora, à efêmera ressonância do momento, essas pretensões abafaram e iludiram o renascer do Brasil para a democracia; foram motivos de estéreis discussões, no momento de assentar-se a organização constitucional da República, como foram, sempre, pretextos de irritantes dissídios (BOMFIM, 1996, p. 434).

Sua crítica ao positivismo não enfocou apenas o âmbito político, mas também o social, principalmente sobre o aspecto da educação^{viii}. Para Bomfim, o ideal positivista nos levou à desarmada separação entre a Igreja e o Estado, inteiramente anulado em face dos proselitismos confessionais, assim como desinteressou o Estado pela instrução geral dos brasileiros, chegando a dogmatizar que a instrução elementar obrigatória atentava contra os direitos do cidadão. O cerne do positivismo, conforme Bomfim, não permitiria uma liberdade de pensamento, típico da proposta de Estado Contemporâneo no qual defendia o autor, pois sua premissa autoritária daria continuidade a uma educação conservadora, garantindo a manutenção do mesmo modelo de Estado e, conseqüentemente, de sociedade.

É necessário fazer aqui uma ressalva. Sobre a questão educacional, ao contrário que Bomfim afirmou, nenhum estudo sobre o papel do positivismo social na América Latina poderá deixar na sombra a extrema valorização que no seu discurso recebeu o projeto de um ensino fundamental gratuito e leigo. Aqui, força é convir, com tianos e spencerianos davam-se fraternalmente as mãos, pois aproximava a fé inabalável na ciência como fatora do progresso e na educação como a sua via real. (BOSI, 2003, p. 300). Outro ponto a ressaltar. Bomfim desacreditou na durabilidade do ideal positivista no Brasil, ledo engano. Considerando que a primeira experiência de centralização estatal foi inaugurada e parcialmente cumprida a partir da Constituição rio-grandense de 1891, pode-se afirmar que aquele modelo vive no Brasil de 1930 a 1964, e sobrevivente entre 64 e nossos dias, já é um ilustre centenário. O ideal de “conservar melhorando” prevaleceu em nossa história política, ou seja, o fantasma de Augusto Comte afirmaria que “os mortos governam os vivos” (BOSI, 2003, p. 306-7).

Vamos observar que o republicano Bomfim, apesar de fazer críticas ao centralismo exacerbado do Império, também teve uma visão negativa do tipo de federalismo implantado na República. O autor ainda alertou para os possíveis conflitos futuros, devido aos despeitos e ciúmes que brotariam de uma parte do Brasil contra outra, resultado da política sucessória exclusivista entre paulistas e mineiros, nocivas e dissolventes ao espírito da união nacional. Também denunciou a falsa estrutura democrática construída. Começamos pela pequena participação de eleitores; da política dos governadores; coronelismo; voto de cabresto; fraude de todos os tipos, comissão verificadora, etc. Acusou os políticos de representarem apenas os seus interesses como sendo do Estado, não distinguindo o público do privado. Outra desavença de Bomfim

direcionou-se ao eterno agrarismo, ou seja, à política econômica de valorização do café que, segundo ele, emperrava o desenvolvimento do mercado interno, voltado apenas a um pequeno grupo que detinha o poder político-econômico. O autor foi uma das poucas vozes que se levantaram para a defesa da industrialização brasileira, naquele momento.

Ao iniciar a publicação do último livro de Manoel Bomfim, quando os originais já se achavam nas estantes do impressor, pronunciou-se a respeito um grande evento na política nacional, a Revolução de 1930. A agitação política daquele momento, para o radical Bomfim, por mais profunda que parecesse, não realizava nenhuma das condições de uma legítima revolução renovadora, pois “não trazia substituição de gentes, nem de programas, nem de processos. O movimento trouxe antecedentes que não deslocam nem o desclassificam” (BOMFIM, 1996, p. 581). O autor temia pela participação de elementos do exército na política. Sabia da tradição do mando e abusos que, historicamente, os homens daquele período conheceram e, depois, muitos de nós iríamos conhecer. Bomfim denunciou certo fascismo nesses movimentos de caráter autoritário do período no Brasil, acusando sua direta ou indireta influência.

Sua análise sobre a Revolução de 1930 foi feita no calor dos acontecimentos, como diria Braudel, na curta duração, sem possibilidade de uma base mais estável. Bomfim não viveu tempo suficiente para observar as mudanças ocorridas no Brasil, durante o governo Vargas (1930-45). Faleceu em 21 de abril de 1932, não chegando a analisar nenhuma atitude efetiva deste governo, ao menos presenciar a Revolução Constitucionalista de 1932. Talvez percebesse que houve uma “revolução” conservadora de caráter lento. Não há como negar que, a partir do governo Vargas, o Brasil tomou outro rumo econômico, o industrial, proposta que seria bem vista pelo autor, e começou efetivamente a centralização do poder, necessária, segundo Bomfim, para formular um projeto educacional de massa. Quanto aos moldes dessa “revolução”, o autor fazia duras críticas, principalmente por ter sido uma modernização conservadora, de característica bismarckiana, ou seja, realizada de cima para baixo. O caráter autoritário desse governo, provavelmente seria outro alvo de críticas do autor, já que o Vargas bebeu muito no positivismo.

Considerações Finais

Manoel Bomfim foi autor de uma grande e diversa obra, contundente e, em muitos momentos, contraditória. A contradição não desmerece seu trabalho; aliás, revelou a humanidade de um brasileiro que procurou sistematicamente por novos caminhos para o país. Escreveu num período histórico conturbado, influenciado por diversas ideias. Optou por um liberalismo radical, não importado, coisa rara para o período. Defendeu a construção de um Estado-nação republicano que resolvesse as mazelas históricas do país num momento em que muitos homens acreditavam numa mudança real. Desagradou americanistas e iberistas, foi mal interpretado tanto por progressistas como conservadores e por isso caiu num longo ostracismo intelectual que perdurou por décadas.

Ao questionar as teorias racistas do período, procurou a gênese de nossa formação histórica e social. A formação do Estado no Brasil foi um dos caminhos escolhidos pelo autor. Concluiu que a formação deste construiu-se a partir da estrutura portuguesa e seu histórico de lutas na reconquista de seu território contra os mouros e no processo de pilhagem na expansão marítima. Este Estado espoliador, de uma nobreza funcionária, foi transplantado para a colônia brasileira e mantido durante o período imperial. A independência não rompeu com o bragantismo português, ou seja, manteve a estrutura centralizadora e garantidora de privilégios dos grandes fazendeiros, mantendo a escravidão e ignorando a população. A República poderia ter construído a possibilidade de mudança, mas Bomfim explicou que o Estado já estava consolidado nos moldes desejados pelas elites oligárquicas.

O desejo incansável de procurar a gênese de tudo que fosse realmente tradição do país fez com que o autor enxergasse o que lhe convinha, criticou a história oficial e forjou outra, representando seus desejos. Seus escritos revelam a atualidade de questões da realidade brasileira que ainda persistem, mesmo após um século. Os “males de origem”, os “germes do bragantismo” encravados em nossa história são as chaves para explicar o eterno colonialismo político e cultural que viveu, e de certa maneira ainda vive o país. O “parasitismo” incrustado em nossa cultura garantiu a perpetuação de um modelo de Estado espoliador e opressor que só esteve a serviço de uma elite branca que não se identifica com sua população mestiça. Em três décadas denunciou o conservadorismo político, econômico, social e reforçou sua importância como intelectual, junto com seu projeto não vencedor de Estado-Nação para o Brasil.

Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. RJ, Topbooks, 2000.
- BERTONHA, Ivone. *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*. Dissertação de Mestrado em História – PUC/SP 1987.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Vol.1 e 2, UNB - Imprensa Oficial, 2001.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. RJ, Livraria Francisco Alves, 1930.
- _____. *A América Latina: males de origem*. 4. ed. RJ, Topbooks, 1993.
- _____. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2. Ed. RJ, Topbooks, 1996.
- _____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. Ed. RJ, Topbooks, 1997.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. SP, Cia das Letras, 2003.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930) Corpo e Alma do Brasil*. SP e RJ, Difel, 1976.
- CHASIN, José. SP, Ensaio, 1995.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos Do Poder*. Vol. 1 e 2. SP. Globo. 2004.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. SP, Edusp/Imprensa Oficial, 2001.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. SP, Cia das Letras, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. SP, Cia das Letras, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. Revista Dados, Vol.39, nº3, 1996.
- _____. *Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In *O Pensamento de Oliveira Vianna*. (org.) BASTOS, Elide Rugai & MORAES, João Quartim de, cap. XV, pp. 351 a 404. Campinas. Ed. Unicamp. 1993.

ⁱ Bomfim (1868 - 1932), nascido em Sergipe, estudou medicina, mas pouco exerceu a profissão. Atuou como jornalista, escreveu livros de crítica social e educação. Foi professor, suplente de Deputado Federal, chefe da diretoria de ensino do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal.

ⁱⁱ As ligas operárias surgem no Brasil em 1870. Em geral, suas existências efêmeras tornaram a suas ações limitadas. Desde os primeiros documentos, aparecem à luta contra a propriedade privada, a herança e outros pontos conflitantes do domínio da burguesia. Mas, ao lado das questões básicas, a maior parte dos programas anarquistas fazia questão de sublinhar reivindicações genéricas, de difícil aplicação no Brasil, onde a precariedade de comunicações e federalismo tornava os nossos problemas diferentes e mais complexos. Em 1905, com a crítica a situação nacional e o exemplo dos acontecimentos na Rússia, multiplicaram-se novas federações em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Pará. Duas tendências se apresentam: a anarquista (já existente) e a socialista (CARONE, 1976).

ⁱⁱⁱ O que caracterizava a burguesia brasileira era o seu temor em definir-se e tomar atitudes de classe: sua subordinação às classes no poder raiava pela subserviência. Do ponto de vista de sua formação, classes agrárias e burguesia comercial se confundiam inicialmente. A burguesia industrial, por sua vez, reivindicava proteção para seu desenvolvimento econômico, nada exigindo politicamente. Mesmo prejudicada pelo imperialismo – o aliado das classes dominantes – raramente se opôs a seu expansionismo (CARONE, 1976).

^{iv} Por todo perpassar da obra do sergipano Bomfim, percebemos a constante persistência do termo “povo”. Ele, todavia não deixa claro o significado desta palavra. Sua única alusão ao termo se retrata ao período colonial. Por esta citação, podemos pensar o termo como maioria, a massa, aqueles que abrangem a maior parte da população brasileira pobre, sem participação política e sem escolaridade, ou seja, aqueles que atualmente chamamos de excluídos.

^v Os motivos para a Revolução de 1817 são o desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, sendo denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Os diferentes grupos sociais (militares, proprietários rurais, juizes, artesãos, comerciantes e um grande número de padres) não tinham, porém os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à idéia de igualdade. Já o principal motivo dos grandes proprietários rurais era acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste (FAUSTO, 2001).

^{vi} O imperador e a burocracia imperial atendiam à essência dos interesses dominantes ao promover a ordem em geral, ao dar tratamento gradativo ao problema da escravidão. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes como toda a população livre estavam convencidos de que o fim da escravidão, em curto prazo, provocaria um colapso na sociedade (FAUSTO, 2001).

^{vii} Foi comum, no passado, atribuir papel importante na queda da Monarquia a dois outros fatores: a disputa entre Igreja e o Estado e a Abolição. O primeiro deles contribuiu em alguma medida para o desgaste do regime, mas seu peso não deve ser exagerado. A queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre os monarquistas nem entre os republicanos a Igreja tinha forte influência. Pelo contrário, os positivistas, ortodoxos ou não, distanciavam-se dela. Quanto à Abolição, o episódio em si, não teve maior significado. Os barões fluminenses, únicos adversários frontais da medida, tinham-se tornado inexpressivos, em 1888, como força social.

^{viii} A partir de 1894, por motivos pessoais, Bomfim abandonará para sempre o exercício da medicina, dedicando-se exclusivamente ao ensino e às questões da educação e sociologia brasileira. O autor publicou diversos livros didáticos em parcerias com seu amigo Olavo Bilac. Trabalhou como diretor de Instrução Pública no Distrito Federal desenvolveu diversas pesquisas e criou o primeiro laboratório de psicologia experimental do país (AGUIAR, 2000, p.149).